

**Anais do IV Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

# **A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS EM ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**

*Construction of public policy intersectoral in alcohol and other drugs: the experience of the municipality of Guarulhos*

**Helena Saroni<sup>1</sup>**  
**Katia Varela Gomes<sup>2</sup>**  
**Sanzia Maria Lima da Silva**  
**Valdenice Cristine Severino**  
**Francisco Reginaldo dos Santos**

1. Mestranda em Saúde Coletiva - Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde de São Paulo. Psicóloga e Coordenadora da Rede de Atenção Psicossocial na Secretaria da Saúde em Guarulhos

[daras.guarulhos.raps@gmail.com](mailto:daras.guarulhos.raps@gmail.com)

2. Doutora em Psicologia Social - Universidade de São Paulo. Psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial em Guarulhos

---

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é discutir alguns aspectos das ações no campo das políticas públicas na área de álcool e outras drogas no município de Guarulhos. O recorte histórico desse trabalho tem início com a adesão municipal ao Programa Federal “Crack, é possível vencer” e a partir da experiência do planejamento e implantação de um projeto de inserção social de pessoas com uso problemático de drogas e em situação de vulnerabilidade social. Os referenciais teóricos e políticos que nortearam esse trabalho são a Política de Redução de Danos, a Política da Intersetorialidade e a Inclusão Social pelo Trabalho. Como resultado das ações de implementação dessa política, apresentamos o Projeto de Inserção Social, ainda em desenvolvimento, que objetiva qualificar pessoas na área da jardinagem para o mercado formal e informal.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Vulnerabilidade Social; Inserção Social; Dependência (drogas); Intersetorialidade.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss some aspects of the actions in the field of public policies in the area of alcohol and other drugs in the municipality of Guarulhos. The historical approach of this work begins with the municipal adherence to the Federal Program "Crack can be conquered" and from the experience of the planning and implementation of a social

inclusion project for people with problematic drug use and social vulnerability. The theoretical and political references that guided this work are the Harm Reduction Policy, Policy Inter sector and Social Inclusion at Work. As a result of the implementation of actions of this policy, we present the Social Inclusion Project, still in development, which aims to qualify people in the gardening area for the formal and informal market.

**Keywords:** Public Policy; Social vulnerability; Social Inclusion; Addiction (drugs); Intersectionality.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir alguns aspectos da Política Pública na área de álcool e outras drogas no município de Guarulhos, a partir de 2013, quando o município fez a adesão ao Programa Federal “Crack, é possível vencer” (BRASIL, 2013).

O uso problemático de substâncias psicoativas provoca efeitos e impactos aos serviços de atenção à saúde, da assistência social, da educação, do trabalho, do meio ambiente, com ações de média e alta complexidade, exigindo Políticas Públicas na prevenção e cuidado à população.

Ao pensarmos no fenômeno de uso, abuso e dependência às drogas, deve-se considerar sua complexidade e suas múltiplas causas (MEDEIROS, 2015). Entre os grupos de uso problemático de drogas, podemos citar as pessoas em situação de vulnerabilidade social, nos quais consideramos, como agravantes da situação de uso, a condição social precária, a exposição aos riscos sociais e a ausência de

alternativas de vida mais saudáveis. Portanto, é fundamental a garantia dos Direitos Humanos e ações que favoreçam a transformação do cotidiano e da realidade social (BRASIL, 2012). É fundamental o envolvimento do poder público na construção de uma sociedade saudável e na manutenção de projetos que favoreçam a qualidade de vida da população, como saneamento básico, moradias, segurança, oportunidades de trabalho, educação, esporte, cultura, sistemas de saúde e seguridade social.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto manteve o foco na pesquisa de campo amparada pela pesquisa bibliográfica, por dados epidemiológicos nacionais e regionais, onde buscou sustentação e orientação para dirigir as ações das equipes interdisciplinares e intersetoriais.

## **1. MARCO TEÓRICO- CONCEITUAL E POLÍTICO**

Entre os referenciais teóricos e políticos nesse trabalho, gostaríamos de ressaltar a Política de Redução de Danos e a Política da Intersetorialidade, proposições que são amplamente discutidas na atualidade na atenção e cuidados aos usuários de substâncias psicoativas.

A perspectiva de Redução de Danos, na dimensão da atenção e cuidado, é o princípio norteador da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2004), que orienta as ações no campo da saúde pública para o tratamento dos usuários abusivos e dependentes de drogas. A Redução de Danos é entendida aqui, como um respeito à singularidade e à escolha do usuário. Propõe uma ampliação do binômio: abstinência X dependência, como

únicas possibilidades de escolha e de projeto de tratamento. A partir dessa perspectiva, sugere-se que o usuário seja acolhido, independente de sua situação de uso de substâncias psicoativas. Assim sendo, o tratamento deverá oferecer possibilidades de escolha e a construção conjunta de um projeto de vida singular.

A Política da Intersetorialidade compõe as discussões mais recentes para a complexidade da dependência às drogas, e principalmente, nas situações de maior vulnerabilidade social e risco. As redes intersetoriais articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente (SOUZA, 2015).

O levantamento epidemiológico Pesquisa Nacional sobre o Uso do Crack propõe que o problema do uso e dependência do crack está vinculado a um problema social, indicando a necessidade de políticas sociais integradas. Argumenta que o acolhimento em serviços de saúde não é suficiente, sendo a oferta de ações sociais estratégicas, desde o serviço mais simples, como garantia de alimentação e higiene, aos mais complexos, como programas que favoreçam a emancipação (BASTOS, BERTONI, 2014).

Laport e Junqueira (2015) também argumentam que a intersetorialidade dialoga com a visão multifacetada do problema das drogas, correspondendo a uma visão social, com abrangência das esferas individuais e coletiva: “A complexidade e a multidimensionalidade da questão das drogas implicam a necessidade de enfrentamento conjunto das políticas, tanto pela

integração de ações [...], quanto pela atuação integrada dos diversos atores políticos” (p. 68). A intersectorialidade não implica a exclusão da perspectiva setorial, pelo contrário, devem ser pensadas ações setoriais integradas, contribuindo para a superação da fragmentação, do isolamento e desarticulação das políticas públicas. Ainda que, considera-se o grande desafio para a construção das ações integrais.

Historicamente, no campo das drogas observamos a consolidação de uma política de enfrentamento excludente e setorial, que ora compreendia o problema como responsabilidade exclusiva da saúde, ora como responsabilidade da segurança pública. Dessa forma, não era reconhecida a heterogeneidade e a diversidade dos múltiplos fatores associados ao surgimento e à solução desta problemática (LAPORT, JUNQUEIRA, 2015).

No entanto, a partir de 2010, com o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, as ações devem ser descentralizadas e integradas, marcando a importância da intersectorialidade, da interdisciplinaridade, da integralidade, da participação da sociedade civil e do controle social. Com essa medida, essas noções vão sendo, gradativamente, incorporadas na construção das políticas públicas e na implementação das ações (LAPORT, JUNQUEIRA, 2015).

## **2. O ENFRENTAMENTO MUNICIPAL**

Em maio de 2010, o Governo Federal publica o Decreto nº 7.179 que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e criou o seu Comitê Gestor. Naquele momento, o objetivo do Governo Federal era

unificar com uma diretriz para que o país seguisse uma lógica em relação às políticas públicas sobre drogas, propondo formas de cuidado e tratamento mais integradas e humanizadas (BRASIL, 2010).

Até o ano de 2010, as políticas públicas para o uso problemático de drogas foram desenvolvidas nos diversos Ministérios (Saúde, Justiça, Desenvolvimento e Assistência Social), mas não estavam interligadas. Assim, a inovação desse Decreto foi a perspectiva da Intersectorialidade (BRASIL, 2010; LAPORT, JUNQUEIRA, 2015).

Após o lançamento, o Programa vem recebendo críticas, inclusive sobre o seu nome, visto que vencer uma droga como o crack, é algo em si, questionável. Não se vence uma droga, pois não se vence um objeto, se vence pessoas e para quê vencer pessoas? Nesse sentido, no próprio nome o Programa já não refletiria o objetivo para qual foi pensado. Além disso, uma das críticas ao programa é a centralização ao uso do crack, a partir de uma perspectiva alarmista e não fundamentada em pesquisas epidemiológicas para um possível aumento do uso dessa droga no país. O apelo midiático ao problema do consumo do crack nortearam as políticas públicas, atribuindo a um segundo plano o abuso e dependência de outras drogas, como por exemplo, o álcool, com índices de dependência maiores, comparando-se com o primeiro (BASTOS, BERTONI, 2014). Além disso, foi constatada a falta de dados atualizados sobre a dependência química no Brasil, especialmente do crack, e o fato da rede pública de atendimento estar desarticulada. Esse cenário contribuiu para uma revisão sobre a política de drogas, considerando que o modelo de repressão não era suficiente (SOUZA, 2015).

Em Guarulhos, apesar das críticas, o Programa serviu para que algumas Secretarias Municipais incluíssem em sua pauta a discussão sobre o plano de ação desenvolvido no município. Nesse encontro surgiram propostas para algumas atividades e projetos importantes para a cidade, que foram colocadas em prática no decorrer desses anos.

Em abril de 2013, o Prefeito do município de Guarulhos nomeou alguns servidores públicos para constituírem o Comitê Municipal do Programa “Crack, é possível vencer”. A partir da proposta do Programa Federal, o Comitê teve como tarefa o planejamento e a garantia da implementação das políticas de drogas para o município, através de ações como alinhamento dos conceitos das Secretarias envolvidas e a capacitação da Guarda Civil Municipal, objetivando a ação em parceria. Além disso, com objetivo de identificar os recursos e equipamentos envolvidos nas ações de acolhimento, cuidado e tratamento da população usuária abusiva e dependente de drogas, foram identificados os equipamentos existentes na Secretaria de Saúde e na Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, como também, as áreas prioritárias ou mais vulneráveis para iniciar as ações.

Essa aproximação dos profissionais para alinhamento conceitual, através de reuniões e debates, proporcionou ao Grupo de Gestores o conhecimento, a reformulação de conceitos e o compartilhamento de informações com uma equipe interdisciplinar de profissionais especialistas sobre o tema das drogas. Algumas questões foram suscitadas por esses encontros, como: E o tratamento? E as questões sociais relacionadas à temática? E o papel de cada Secretaria no desenvolvimento das atividades

que eram propostas pelo Programa? No final de julho de 2013, o Prefeito assinou o Termo de Adesão do município ao Programa e a partir deste foi oficialmente divulgada a participação de Guarulhos. Em agosto de 2014, alguns municípios brasileiros foram escolhidos pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), para participar de um novo Projeto intitulado “Projeto Redes”, no qual, o objetivo era enviar para o município um profissional vinculado à SENAD para que o mesmo pudesse compor o Comitê Municipal e assim, fortalecer a articulação e fomentar a política pública em andamento.

Em novembro de 2014, o Comitê Municipal foi convidado pela SENAD a desenvolver um Projeto de Inclusão, voltado às pessoas que fazem uso problemático de drogas se espelhando na experiência do município de São Paulo que executava o Programa “De Braços Abertos” já estabelecido e apresentando resultados positivos. Era necessário aprimorá-lo e adequá-lo à realidade de Guarulhos. Para isto o município recebeu uma verba de financiamento para 12 meses de Projeto.

O Comitê Municipal aceitou o desafio e iniciou um processo de construção do projeto de inclusão. Este deveria refletir a complexidade do aprendizado nas discussões que fizera até aquele momento, sendo a implementação e efetivação na prática dos conceitos teóricos discutidos em reuniões intersetoriais.

O Projeto de Inclusão está em fase final de desenvolvimento, mas o município pretende contratar uma entidade para executá-lo, estando o edital em fase de elaboração para Chamamento Público. A expectativa do Comitê é que a entidade tenha conhecimento e

experiência para treinar um grupo de profissionais das diversas secretarias municipais envolvidas. E, ao final dos 12 meses de execução do Projeto, os profissionais treinados possam efetivar essas ações como Política Pública de Inclusão para a população com uso problemático de drogas e em situação de vulnerabilidade social.

Alguns pontos nos quais o Projeto se baseia devem ser ressaltados, pois retratam o modo como os gestores entendem a problemática e pautam suas ações. Partem do pressuposto que o fenômeno do consumo de drogas vai muito além do próprio consumo. O fenômeno é uma questão social e como tal não deve ser reduzida a explicações que remetam a questões puramente individuais. Reduzir a questão e o debate sobre o consumo das substâncias (lícitas ou ilícitas) e seus efeitos bioquímicos é um equívoco (MEDEIROS, 2015).

### **3. A COMPLEXIDADE DO USO PROBLEMÁTICO DE DROGAS**

O fenômeno do uso, abuso e dependência de drogas envolve uma complexidade de fatores, como aspectos individuais, familiares, econômicos, históricos, sociais, e culturais. Alguns usuários expressam, através do uso abusivo e/ou dependente de drogas, as dificuldades sociais relacionadas à exclusão e à violação de direitos, as quais foram submetidas ao longo de gerações. Condições de vida como morar num bairro asfaltado, iluminado, com saneamento básico, com coleta de lixo, e que não enfrente problemas de alagamento representam possibilidades de ter ou não acesso a modos de vida mais saudáveis. O

acesso a equipamentos de saúde, educação, esporte, cultura, lazer, garantia de trabalho e salários dignos destacam-se como situações que propiciam projetos de vida, em que o consumo de drogas não seria a única forma ou fonte de prazer. Fatores como estigmatização ou as diferentes formas de manifestação da violência (doméstica, sexual e social) também refletem na saúde das pessoas e, uma das formas para conseguir lidar com esses problemas e vivências cotidianas de sofrimento pode ser o uso e abuso de substâncias psicoativas. Portanto, fatores sociais devem ser levados em consideração na construção de políticas públicas para o desenvolvimento de uma população mais justa, menos violenta, mais inclusiva e, portanto uma sociedade mais saudável e feliz.

Um dos direitos sociais negados à população em geral, mas, principalmente, negado à população em situação de rua (com uso problemático de drogas ou não), é e continua sendo o direito ao trabalho. Por isso, um dos objetivos do Projeto é oferecer cursos profissionalizantes e dar subsídios para que constituam cooperativas ou outras formas de organização do trabalho. Estratégias que permitam e garantam a subsistência, mesmo que seja no mercado informal, visto que o mercado formal restringe a entrada de pessoas com afastamento do mercado de trabalho por problemas judiciais ou por ausência de formação técnica especializada, ou porque estão em situação de rua. O modo de produção empresarial privilegia a lógica do sistema capitalista, exigindo produtividade e resultados em detrimento de outros valores humanos e sociais. Fatores que dificultam ou impedem a entrada de pessoas nesse mercado que não sejam compatíveis com essa lógica.

As ações municipais e a equipe interdisciplinar do Projeto de Guarulhos estimulam a reabilitação psicossocial por meio do trabalho, entendendo que este cuidado centrado no usuário parte da noção de cidadania e da garantia dos direitos humanos e fundamentais. A ação de cidadania enfatiza a importância da temática do direito ao trabalho como eixo orientador da vida (PINHO, 2014).

Assim, o eixo norteador do Projeto oferece cursos profissionalizantes na área do meio ambiente, mais especificamente na área de jardinagem, bem como, cursos e oficinas sobre economia solidária e cooperativismo. O propósito é incentivar a reflexão sobre o meio ambiente e a relação que o homem estabelece com o seu meio. Favorecer, também, discussões sobre os diversos sistemas interligados e interdependentes relacionados à degradação do homem ao meio ambiente.

O público envolvido neste Projeto também vivencia outros aspectos da negação de direitos sociais como falta de acesso à educação de qualidade, cultura, esporte, lazer, saúde e programas de habitação. Portanto, a equipe envolvida vai integrar e apoiar toda a rede de serviços públicos que ofertar atividades nesse sentido como, por exemplo, a rede de saúde para tratamento e acompanhamento daqueles que necessitem e quiserem, bem como os serviços da rede de educação com os cursos para aqueles que demandarem terminar ou dar início em seus estudos.

Nos setores da cultura e cidadania também serão ofertados, através de encontros semanais, debates que estimulem e possibilitem ao grupo o reconhecimento de seus direitos e deveres, enquanto cidadãos e cidadãs tornando-os protagonistas de suas próprias existências e projetos de vida. As atividades esportivas

também serão ofertadas, de acordo com a grade de atividades existente no município e interesse dos participantes.

Entre as diretrizes que fundamentam a concepção e a execução do Projeto, destacamos a Política da Redução de Danos e o tratamento em liberdade, pois entendemos que só através dessas formas de pensar, agir e propor ações de cuidado é que serão alcançados resultados positivos para as pessoas com problemas no consumo de algum tipo de droga.

Para participar do Projeto não é necessário estar abstinente de drogas, isto porque se entende que se está lidando com pessoas dependentes que possuem direitos, devem ser respeitados. Portanto, torna-se essencial que num primeiro contato haja o respeito pelas escolhas de vida de cada um enxergando-os como sujeitos e não como objetos. Esse modo de aproximação, sem julgamentos, possibilita o estabelecimento de vínculos afetivos e de confiança entre o participante e o profissional. A partir dessa relação de confiança, se cria a possibilidade de se propor outras atividades e ações de cuidado. No decorrer do Projeto, pode ser que alguém queira diminuir ou até parar seu consumo e, nesses momentos, a equipe multiprofissional o apoiará. Sem respeito, não há inclusão social.

Ainda, segundo o Conselho Federal de Psicologia: “Por muito tempo, a única opção de atenção para usuários de álcool e outras drogas foi dada pelo paradigma da abstinência, através da internação em grandes hospitais psiquiátricos ou instituições com características asilares (...). Multiplicaram-se também iniciativas de cunho religioso e de apoio mútuo entre os próprios usuários que encaravam a questão do uso e abuso de drogas a partir do enfoque biomédico, ao considerá-la uma doença incurável” (2013, p.

36). O Projeto pretende executar um novo modo de lidar com o sofrimento dessas pessoas: mais humanizado e objetivando a integração com a sociedade.

Em material organizado pela UNIFESP para um curso sobre drogas realizado em Guarulhos em 2013, entende-se que “Reinserção Social é um processo contínuo e gradativo de reconstrução dos vínculos familiares e sociais tão importantes quanto o tratamento, pois esta perspectiva está além da desintoxicação imediata” (Educa Saúde, 2013, p. 6). O Projeto oferta ações e atividades independentemente do participante desejar parar com o consumo de drogas. O processo é de acolhimento incondicional. Uma ação de humanidade para criar oportunidades e possibilidades de se ver outros caminhos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo a Política sobre Drogas que foi disseminada no mundo pelos EUA, e que ainda permanece no senso comum da população, foi a Política Proibicionista ou a chamada Política de Guerra às Drogas que, em última instância, estava a serviço de um controle social, ou seja, a favor de uma sociedade branca, machista, heterossexual e capitalista detentora dos meios de produção cujo objetivo real era se garantir no poder para cada vez acumular capital e poder. A Política da Guerra às Drogas defende um mundo sem drogas (o que não é possível) e, portanto, se você usa drogas deve ser excluído: preso ou internado. É uma política extremamente excludente e violenta, pois como dito anteriormente, serve, em última instância para perpetuar o poder e riqueza de alguns países e algumas pessoas.

O Projeto, embasado na Política de Redução de Danos, defenderá o tratamento em liberdade, no território de vida de cada um e, terá a internação como último recurso terapêutico a ser recorrido nos momentos de crise. Assim, o Projeto garantirá que essas pessoas estejam de fato sendo olhadas enquanto sujeitos de maneira integral, amplas em sua existência e não reduzidas à substância química que consomem ou ao preconceito a que são submetidas. Dessa forma, pretende garantir que não sejam excluídas da sociedade, pelo contrário, todo o trabalho está voltado para a inclusão social e protagonismo.

A equipe envolvida acredita que é essencial a participação popular na fase inicial de elaboração do Projeto, pois são essas pessoas que devem dizer o que desejam ou não para si e para o público alvo em questão, são elas que devem apresentar ações que acreditam ser eficazes e alertar a equipe de gestores para aquelas que devemos dar uma atenção maior. Por isso, todas as reuniões do Comitê são abertas à sociedade civil e são realizados outros encontros específicos com o público alvo do Projeto para aprofundamento das discussões. Sendo assim, não caberia neste artigo o número de autores que contribuíram e contribuem de forma primordial para este Projeto.

Entende-se que o município de Guarulhos, assim como muitos outros municípios, está em busca de um modelo eficaz de cuidado, tratamento e inserção social desta população visto que há anos o que foi ofertado não apresentou resultados e melhora significativa na diminuição do uso de substâncias psicoativas (Comisión Global de Políticas de Drogas, 2011). Acredita-se que esta experiência deva contribuir para a construção de políticas públicas na área.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, F.I.; BERTONI, N. (Orgs.) **Pesquisa Nacional sobre o Uso do Crack: quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Decreto de Lei n. 7.179, de 20 de maio de 2010. **Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Crack, é possível vencer? Enfrentar o crack. Compromisso de todos.** Brasília: Casa Civil, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) em Políticas Públicas de Álcool e outras Drogas.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

DIAS, A.C. **Crack – Reflexões para abordar e enfrentar o problema.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

**Guerra a las drogas,** da Comisión Global de Políticas de Drogas, 2011.

LAPORT, T.J.; JUNQUEIRA, L.A. **A intersectorialidade nas políticas públicas sobre drogas.** In: RONZANI, T. M.; COSTA, P. H. A.; MOTA, D.C.B.; LAPORT, T. J. (Orgs.) **Redes de Atenção aos Usuários de Drogas: políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2015. p. 67-84.

MEDEIROS, R.A. **Importância das Redes Sociais com Dependentes de Crack e outras Drogas.** In: SILVA, E. A.; MOURA, Y. G.; ZUGMAN, D. K. (Orgs.) **Vulnerabilidades, Resiliência, Redes: Uso, abuso e dependência de drogas.** São Paulo: Red Publicações, 2015. p. 301-320.

**Ofício nº 131** – GAB da SENAD do Ministério da Justiça, 2014.

PINHO, K.L.R. et al. (Orgs) **Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde.** São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

**Plano Municipal da Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde do Município de Guarulhos,** Guarulhos: 2012.

SOUZA, D.P.O. **Políticas Sobre Drogas e Redes Sociais: Desafios e Possibilidades.** In: SILVA, E. A.; MOURA, Y. G.; ZUGMAN, D. K. (Orgs.) **Vulnerabilidades, Resiliência, Redes: Uso, abuso e dependência de drogas.** São Paulo: Red Publicações, 2015. p. 267-286.

UNIFESP. **Reinserção Social,** Curso- Educa Saúde Módulo 6, p. 6/ Guarulhos. SP. 2013